

SAIU NA IMPRENSA



. JORNAL POVO . CAPA . PÁGINA 6 . QUINTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2021 .



Nova Iguaçu

Págs 6

Presidente da Câmara, Dudu Reina, celebra acordo e acaba com litígios sobre aluguel do imóvel do Legislativo



CMNI
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU

O lugar do povo é aqui

Em tempo

Presidente da Câmara de Nova Iguaçu, Dudu Reina, celebra acordo e acaba com litígios sobre aluguel do imóvel do Legislativo



Câmara Municipal de Nova Iguaçu (CMNI) celebrou acordo com Silvia Maria Soares Coelho Lantimant, proprietária do

imóvel da sede do Legislativo Municipal, encerrando litígios e processos judiciais que se arrastavam desde 2007, em relação à locação do imóvel.

A proprietária Silvia Maria Soares Coelho Lantimant cobrava da CMNI o valor de R\$ 12.662.986,04 (doze milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e quatro centavos) referente a valores de aluguéis não pagos integralmente. O aluguel mensal, cobrado atualmente, era de R\$ 78.500,75.

Após negociação, conduzida pelo presidente Eduardo Reina Gomes de Oliveira, Dudu Reina (PDT), e respaldado por órgãos técnicos da Câmara e parecer do procurador-chefe da Casa, João



Foto: Divulgação

Eliminar problemas é uma meta do presidente da Câmara, Dudu Reina

Bosco Filho, no último dia 8 de setembro, após cinco meses de negociação, ocorreu a assinatura de um acordo definitivo.

No acordo firmado, o valor dos aluguéis atrasados foi reduzido para R\$ 7.152.130,77 (quase 45% de desconto), gerando economia para os cofres públicos de R\$ 5.509.856,00. Além disso, a pedido do presidente Dudu Reina, o montante será parcelado em 40 parcelas mensais, e sucessivas, sem juros ou correção monetária.

Quanto ao valor mensal da locação, houve a redução de 78 mil reais para 39 mil reais, o que sig-

nifica mais de 50% de desconto, quando comparado ao valor atual, e abaixo da proposta apresentada por Silvia Lantimant, 49 mil reais.

Dudu Reina, buscando melhorar as normas de acessibilidade no prédio, propôs ainda à proprietária Silvia que ficasse sob sua responsabilidade as despesas com a aquisição e instalação de um novo elevador, o que foi prontamente aceito. O elevador da CMNI está sem funcionamento desde 2010.

Encerra-se, assim, um processo judicial que já se arrastava há muitos anos, com saldo positivo para a Câmara de Nova Iguaçu.